

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO CEARÁ - CAU/CE**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ - CAU/CE

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balancos financeiros

Balancos orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de **Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE** (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) limitação de escopo relacionada à vida útil dos bens do ativo imobilizado; e ii) ausência de divulgação de determinadas informações às demonstrações contábeis. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/CE a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.510.768,41	910.291,61	PASSIVO CIRCULANTE	115.683,50	115.539,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	894.264,79	886.055,59	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.622,10	6.624,02
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	596.048,41	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	19.126,76	23.128,69	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	23.080,01	33.224,78
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.328,45	1.107,33	PROVISÕES A CURTO PRAZO	81.198,47	68.503,74
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	108.432,37	104.366,69	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.782,92	7.186,99
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	45,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	108.432,37	104.366,69	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	179.708,79	154.834,79	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	45,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	71.276,42	50.468,10	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	115.728,50	115.539,53

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.503.472,28	899.118,77
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.503.472,28	899.118,77

TOTAL	1.619.200,78	1.014.658,30	TOTAL	1.619.200,78	1.014.658,30
ATIVO FINANCEIRO	894.264,79	866.075,37	PASSIVO FINANCEIRO	130.254,85	117.724,27
ATIVO PERMANENTE	724.935,99	148.582,93	PASSIVO PERMANENTE	45,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				1.488.900,93	896.934,03

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	764.009,94	748.351,10

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.386.700,58	1.262.393,86	Despesa Orçamentária	1.381.459,46	1.192.916,46
RECEITA REALIZADA	1.386.700,58	1.262.393,86	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	14.571,35	2.184,74
RECEITA CORRENTE	1.386.700,58	1.262.393,86	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	21.028,21	1.182.370,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	596.764,40	507.428,21	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.345.859,90	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	596.764,40	507.428,21	DESPEZA CORRENTE	1.320.985,90	
ANUIDADES	596.764,40	507.428,21	PESSOAL	717.930,98	
RECEITA DE SERVIÇOS	614.107,65	601.049,50	MATERIAL DE CONSUMO	14.463,23	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.499,15	4.700,28	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.401,45	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	606.538,66	595.881,52	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	420.774,86	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	1.069,84	467,70	ENCARGOS DIVERSOS	25.289,34	
FINANCEIRAS	163.582,91	147.267,73	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9,04	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	163.582,91	147.267,73	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.117,00	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	15.572,50	10.282,41	DESPEZA DE CAPITAL	24.874,00	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	30.405,03	19.162,68	INVESTIMENTOS	3.325,00	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	117.605,38	117.822,64	INVERSÕES FINANCEIRAS	21.549,00	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		1.678,43			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.245,62	4.969,99			
MULTAS DE INFRAÇÕES	12.245,62	4.969,99			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO		1.182.370,42
			DESPESA CORRENTE		1.180.871,42
			PESSOAL		632.623,88
			MATERIAL DE CONSUMO		11.847,70
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		84.395,71
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		378.281,99
			ENCARGOS DIVERSOS		32.785,14
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		40.937,00
			DESPESA DE CAPITAL		1.499,00
			INVESTIMENTOS		1.499,00
			INVERSÕES FINANCEIRAS		
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		10.546,04
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	2.258.542,08	3.271.378,24	Pagamentos Extraorçamentários	2.255.574,00	3.251.171,38
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	14.571,35		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.821,74	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	21.028,21		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	31.117,98	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.368.603,29		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.172,37	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	854.339,23		Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.127.461,91	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	903.615,59	796.371,33	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	911.824,79	886.055,59
Caixa e Equivalente de Caixa	886.055,59		Caixa e Equivalente de Caixa	894.264,79	
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	17.560,00		Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	17.560,00	
Total:	4.548.858,25	5.330.143,43		4.548.858,25	5.330.143,43

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.365.480,00	1.395.999,00	1.386.700,58	-9.298,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	601.783,00	599.808,00	596.764,40	-3.043,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	601.783,00	599.808,00	596.764,40	-3.043,60
ANUIDADES	601.783,00	599.808,00	596.764,40	-3.043,60
RECEITA DE SERVIÇOS	637.633,00	658.936,00	614.107,65	-44.828,35
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	6.499,15	6.499,15
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	637.633,00	658.936,00	606.538,66	-52.397,34
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	1.069,84	1.069,84
FINANCEIRAS	126.064,00	137.255,00	175.828,53	38.573,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	126.064,00	137.255,00	175.828,53	38.573,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	15.572,50	15.572,50
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	12.245,62	12.245,62
MULTAS SOBRE ANUIDADES	29.746,00	40.937,00	30.405,03	-10.531,97
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	96.318,00	96.318,00	117.605,38	21.287,38
RECEITA DE CAPITAL	771.577,00	770.515,99	0,00	-770.515,99
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	771.577,00	770.515,99	0,00	-770.515,99
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	771.577,00	770.515,99	0,00	-770.515,99
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	2.137.057,00	2.166.514,99	1.386.700,58	-779.814,41

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			2.137.057,00	2.166.514,99	1.386.700,58	-779.814,41
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.342.718,51	1.385.496,93	1.351.286,46	1.342.014,11	1.320.985,90	34.210,47
PESSOAL	643.879,01	721.208,26	708.445,04	708.445,04	694.570,98	12.763,22
PESSOAL E ENCARGOS	643.879,01	721.208,26	708.445,04	708.445,04	694.570,98	12.763,22
MATERIAL DE CONSUMO	46.504,90	15.195,27	15.194,73	14.463,23	14.463,23	0,54
MATERIAL DE CONSUMO	46.504,90	15.195,27	15.194,73	14.463,23	14.463,23	0,54
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	171.011,14	139.051,63	123.081,45	123.081,45	122.761,45	15.970,18
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	81.882,00	39.882,75	39.545,99	39.545,99	39.225,99	336,76
DIÁRIAS	40.929,14	61.369,44	55.918,00	55.918,00	55.918,00	5.451,44
Passagens	48.200,00	37.799,44	27.617,46	27.617,46	27.617,46	10.181,98
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	409.908,14	441.010,76	436.149,86	427.609,01	420.774,86	4.860,90
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	87.947,00	90.414,75	90.414,63	90.414,63	90.414,63	0,12
SERVIÇOS PRESTADOS	291.961,14	350.596,01	345.735,23	337.194,38	330.360,23	4.860,78
ENCARGOS DIVERSOS	28.298,32	25.904,97	25.289,34	25.289,34	25.289,34	615,63
ENCARGOS DIVERSOS	28.298,32	25.904,97	25.289,34	25.289,34	25.289,34	615,63
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9,04	9,04	9,04	9,04	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.117,00	43.117,00	43.117,00	43.117,00	43.117,00	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	43.117,00	43.117,00	43.117,00	43.117,00	43.117,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	771.576,53	770.516,06	30.173,00	24.874,00	24.874,00	740.343,06
INVESTIMENTOS	756.576,53	735.516,06	3.325,00	3.325,00	3.325,00	732.191,06
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	18.000,00	13.325,00	3.325,00	3.325,00	3.325,00	10.000,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	738.576,53	722.191,06	0,00	0,00	0,00	722.191,06

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
INVERSÕES FINANCEIRAS	15.000,00	35.000,00	26.848,00	21.549,00	21.549,00	8.152,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	15.000,00	35.000,00	26.848,00	21.549,00	21.549,00	8.152,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.761,96	10.502,00	0,00	0,00	0,00	10.502,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	2.137.057,00	2.166.514,99	1.381.459,46	1.366.888,11	1.345.859,90	785.055,53
SUPERÁVIT	0,00	0,00	5.241,12	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.137.057,00	2.166.514,99	1.386.700,58	1.366.888,11	1.345.859,90	779.814,41

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.982.758,99	1.262.393,86	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.378.206,40	1.244.684,25
CONTRIBUIÇÕES	1.192.816,33	507.428,21	PESSOAL E ENCARGOS	720.901,52	656.705,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.192.816,33	507.428,21	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	702.501,54	654.201,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.192.816,33	507.428,21	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	702.501,54	654.201,76
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	614.489,02	601.230,27	BENEFÍCIOS A PESSOAL	18.399,98	2.503,28
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	614.489,02	601.230,27	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	18.399,98	2.503,28
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	614.489,02	601.230,27	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	614.187,88	547.042,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	175.443,64	152.056,95	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	14.859,23	13.557,70
JUROS E ENCARGOS DE MORA	12.064,85	4.789,22	CONSUMO DE MATERIAL	14.859,23	13.557,70
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	12.064,85	4.789,22	SERVIÇOS	578.520,33	512.988,23
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	15.588,48	10.399,56	DIARIAS	55.918,00	33.816,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	15.588,48	10.399,56	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	67.163,45	60.580,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	147.790,31	136.868,17	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	455.438,88	418.591,52
MULTAS SOBRE ANUIDADES	147.790,31	136.868,17	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	20.808,32	20.496,28
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	1.678,43	DEPRECIACAO	20.808,32	20.496,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.678,43	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	43.117,00	40.937,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.678,43	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	43.117,00	40.937,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	43.117,00	40.937,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10,00	0,00			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	10,00	0,00			
Total das Variações Ativas :	1.982.758,99	1.262.393,86	Total das Variações Passivas :	1.378.206,40	1.244.684,25
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	604.552,59	17.709,61

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	1.982.758,99	1.262.393,86	Total	1.982.758,99	1.262.393,86

Fortaleza-CE, 31 de dezembro de 2016

OSCAR SALDANHA DO NASCIMENTO
GERENTE GERAL

032.844.763-34

ODILO ALMEIDA FILHO
PRESIDENTE

211.628.083-49

TIBERIO CESAR QUEIROZ SAMPAIO
CONTADOR

CRC/CE 023773/O-0

043.934.043-86

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.386.700,58	1.262.393,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	596.764,40	507.428,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	596.764,40	507.428,21
ANUIDADES	596.764,40	507.428,21
RECEITA DE SERVIÇOS	614.107,65	601.049,50
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.499,15	4.700,28
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	606.538,66	595.881,52
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	1.069,84	467,70
FINANCEIRAS	163.582,91	147.267,73
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	163.582,91	147.267,73
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	15.572,50	10.282,41
MULTAS SOBRE ANUIDADES	30.405,03	19.162,68
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	117.605,38	117.822,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	1.678,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.245,62	4.969,99
MULTAS DE INFRAÇÕES	12.245,62	4.969,99
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	3.271.378,24
OUTROS INGRESSOS	2.222.942,52	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	1.320.985,90	0,00
PESSOAL	717.930,98	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	14.463,23	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	99.401,45	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	420.774,86	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	25.289,34	0,00
DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9,04	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.117,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	3.251.171,38
DESPEZA CORRENTE	0,00	1.180.871,42
PESSOAL	0,00	632.623,88
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	11.847,70
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	84.395,71
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	378.281,99
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	32.785,14
DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	40.937,00
OUTROS DESEMBOLSOS	2.255.574,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	33.083,20	101.729,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	3.325,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	21.549,00	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	1.499,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.874,00	-1.499,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.209,20	100.230,30

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	886.055,59	796.371,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	894.264,79	886.055,59

Fortaleza-CE, 31 de dezembro de 2016

 OSCAR SALDANHA DO NASCIMENTO
 GERENTE GERAL
 032.844.763-34

 ODILO ALMEIDA FILHO
 PRESIDENTE
 211.628.083-49

 TIBERIO CESAR QUEIROZ SAMPAIO
 CONTADOR
 CRC/CE 023773/O-0
 043.934.043-86

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU CE, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado está localizada na Avenida Santos Dumont, 2626, loja 15, Ed. Plaza Tower, Aldeota.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 9*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 13*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	0	0
Banco conta movimento	0	0
Aplicações financeiras	894,26	886,06
	<u>894,26</u>	<u>886,06</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Fundos de Investimentos criados exclusivamente para os clientes governamentais em instituição financeira oficial com definição de risco muito baixo e liquidez imediata com resgate automático. A política de investimento do fundo compreende a aplicação de títulos públicos federais. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de anuidades	252,97	0
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		
	<u>252,97</u>	<u>-</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias		
Acima de 180 dias	343,08	0
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		
	<u>343,08</u>	<u>-</u>

A Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa devido à ausência de histórico para definição de critérios objetivos para a apuração de seu percentual.

Foi adotado o percentual de 80% de valores a receber, já que 20% refere-se às receitas do CAU/BR por partição na origem conforme o art. 30, inciso I da lei 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

7. Estoques

Os materiais de consumo são adquiridos para utilização imediata e/ou não possuem valor relevante para registro contábil por consumo. São reconhecidos no momento da aquisição e há um controle analítico gerencial da sua utilização. Os valores adquiridos em 2016 totalizaram R\$ 4,97.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

8. Impostos a recuperar

Não se aplica à Entidade.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Veículos	27,25	(11,86)	15,40	20,30
Móveis e utensílios	70,55	(24,98)	45,57	52,18
Equipamentos de informática	64,51	(32,34)	32,17	19,05
Máquinas e equipamentos	17,40	(2,10)	15,30	12,84
Total	179,71	- 71,28	108,43	104,37

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Veículos	20,30	0	0	(4,91)	15,40
Móveis e utensílios	52,18	0	0	(6,61)	45,57
Equipamentos de informática	19,05	21,55	0	(8,43)	32,17
Máquinas e equipamentos	12,84	3,33	0	(0,86)	15,30
Total	104,37	24,87	-	- 20,81	108,43

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

10. Intangível

A Entidade não possui bens intangíveis.

11. Fornecedores a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de serviço	16,11	16,11
Fornecedor de materiais	7,35	4,00
Outros fornecedores		0,80
	<u>23,46</u>	<u>20,91</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	21,36	20,87
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias		
Acima de 180 dias	2,10	0,05
	<u>23,46</u>	<u>20,87</u>

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e encargos sociais	0	0,08
Provisão para férias e encargos sociais	80,96	68,50
IRRF a recolher	4,72	5,05
INSS Patronal	9,75	9,86
FGTS	5,04	5,10
PIS S/ Folha	0,83	0,84
	<u>101,30</u>	<u>89,43</u>
Passivo circulante	115,68	115,54
Passivo não circulante	0,05	0,00
	<u>115,73</u>	<u>115,54</u>

13. Provisão para riscos processuais

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Em consulta à Assessoria Jurídica dessa entidade há apenas um processo tramitando na justiça federal, em segunda instância, a qual definiu o valor da causa como irrelevante e que dificilmente trará prejuízos significativos para a instituição. Diante os motivos expostos, não se registrou provisão para área cível, trabalhista e/ou tributária no exercício de 2016. Ressalta-se que no exercício anterior também não houve registros de provisões para riscos processuais.

14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

O Conselho Diretor do CAU/CE é composto por conselheiros que exercem cargo não-remunerados, conforme art. 40 da lei 12.378/2010.

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação e amortização	20,81	20,50
Despesas com pessoal	720,90	656,71
Despesas com contratação de terceiros	578,52	512,99
Outras receitas e despesas	57,98	54,49
	<u>1.378,21</u>	<u>1.244,68</u>

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.982,76	1.262,39
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.378,21)	(1.244,68)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>604,55</u>	<u>17,71</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.386,70	1.262,39
(-) Despesas Empenhadas	(1.381,46)	(1.183,06)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>5,24</u>	<u>79,34</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo Disponível Apurado	894,26	886,06
(-) Passivo Financeiro	(130,25)	(117,72)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>764,01</u>	<u>768,33</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1 veículo	1,33
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	
		<hr/> <hr/> <u>1,33</u>

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes.

* * *